

# A Alternativa



COMO CRIAR UMA ECONOMIA JUSTA

Nick Romeo

v o g a i s

*Dedicado a Grace Erny  
e à memória de Kostas Kalimtzis*

# ÍNDICE

---

<i>Introdução: O Romancista e o Economista</i>	11
1. O Combate pela Academia	27
2. Os Custos Ocultos de Tudo	63
3. O Significado de «Digno»	95
4. E se a Todos Fosse Garantido um Bom Emprego?	137
5. Sabotar os Sabotadores	167
6. A Maior Cooperativa de Trabalhadores do Mundo	203
7. E se as Finalidades, e não as Pessoas, Fossem Donas de Empresas e Casas?	235
8. História de Duas Cidades	269
9. Criar Capital	301
<i>Conclusão: A Inflação e o Inevitável</i>	345
<i>Agradecimentos</i>	355
<i>Notas</i>	357
<i>Índice Remissivo</i>	387

Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa.

Aristóteles, *Política*, Livro I

Embora a maioria das pessoas no nosso mundo não conheça os pormenores dessas explicações científicas tranquilizadoras, tal como não conhecia antigamente as minudências das explicações teológicas que justificavam a sua posição, sabe contudo que existe uma explicação; que homens de ciência, homens sábios, demonstraram de forma convincente, e continuam a demonstrar, que a ordem existente das coisas é a que deve ser e que podemos, portanto, viver serenamente nesta ordem de coisas sem que tentemos alterá-la.

Lev Tolstói, *A Escravidão dos Nossos Tempos*

# Introdução

## *O Romancista e o Economista*

Em 1886, o romancista russo Lev Tolstói escreveu um conto intitulado «De Quanta Terra Precisa o Homem?». O protagonista é um agricultor pobre chamado Pakhom que sonha tornar-se um proprietário abastado de terras. «Se tivesse terra à vontade, nem o Diabo me metia medo!», cisma ele no começo da história<sup>1</sup>.

Só que o Diabo está à escuta. Ao ver em Pakhom uma oportunidade para conquistar poder sobre mais uma alma, o Diabo orchestra uma sucessão de acontecimentos. A princípio, tudo parece correr bem. Pakhom contrai um empréstimo para comprar mais terra. Cria gado, cultiva cereais e ganha prosperidade. Vende as terras com lucro e muda-se para uma nova região onde pode comprar vastos talhões a baixo preço.

Compraz-se durante algum tempo com a azáfama da construção e da instalação, mas à medida que se habitua à sua nova prosperidade — está dez vezes mais rico do que antes —, Pakhom torna-se insatisfeito. Ainda tem de arrendar solo para cultivar trigo e envolve-se em desavenças com pessoas mais pobres que querem dispor da terra ou deixá-la em pousio para se regenerar. Ser ele próprio proprietário de mais terra facilitaria tudo.

Em breve ouve falar dos bachquires, uma tribo distante que vive numa planície fértil à beira de um rio e vende grandes talhões

de terreno a preço insignificante. Compra chá, vinho e outras oferendas e viaja para ir ao seu encontro. Acolhem-no calorosamente, dão-lhe a beber *kumis* e matam um borrego para lhe oferecer um repasto.

Após os presentear com oferendas, perguntam-lhe qual dos seus bens lhe agrada mais, para poderem corresponder à sua generosidade. «Aquilo que aqui mais me agrada é a vossa terra», responde ele. «A nossa terra está sobrelotada e o solo esgotado; vocês, porém, têm-na em abundância e é uma boa terra. Nunca vi uma tão boa.» O seu chefe explica-lhe que vendem a terra ao dia. Pelo preço mínimo de mil rublos, poderá ficar com tanta terra quanta a que conseguir percorrer a pé num dia. Partindo à alvorada do cume de uma pequena colina, poderá percorrer o perímetro do terreno que deseja, assinalando os respetivos limites, abrindo pequenas covas e fazendo montículos com a terra. Se regressar ao ponto de partida antes do pôr do sol, a terra é sua. Se não, perde os mil rublos.

Após uma noite de insónia, numa cama de penas numa tenda bachquir, Pakhom parte na manhã seguinte, através da erva alta da estepe. O fresco da manhã permite-lhe um bom andamento, fazendo periodicamente pausas para abrir covas e olhar para trás, para a tribo no alto da colina. Quanto mais se afasta, melhor parece a terra. Descalça as botas desconfortáveis e caminha ainda mais depressa. Ao meio-dia está cheio de calor e cansado, mas após um breve repouso, algum pão e água prossegue. Pensa que se conseguir aguentar um dia de sofrimento, terá o resto da vida para desfrutar dos benefícios.

Supera o calor da tarde e a fadiga acumulada para traçar mais um lado de um quadrado imaginado. Está prestes a regressar quando avista um barranco particularmente apelativo de terra luxuriante. Assinala-o e começa a infletir na direção da colina que apenas divisa na névoa da distância. O sol começa já a mergulhar no horizonte e ele ainda está a milhas do ponto de chegada.

Quando precisa de estugar o passo, o cansaço agrava-se. Os pés descalços estão feridos e pisados, sufoca de calor e os músculos das pernas fraquejam. Apercebe-se de que devia ter voltado para trás mais cedo. Consegue, ainda assim, aumentar a cadência, alijando as botas, o cantil e o casaco.

Debate-se então com a dificuldade em respirar. Tem a camisa e as calças empapadas em suor, o coração martela-lhe no peito e os pulmões arquejam como os foles de um ferreiro. Agora, está já suficientemente próximo para ouvir os bachquires a soltarem braços de incitamento. O sol, enorme e de um vermelho sanguíneo na bruma do cair da tarde, ocultou-se quase completamente sob a linha do horizonte. De onde está, parece ter-se posto, mas vê que no cume da colina os bachquires continuam iluminados pela sua luz. Com um derradeiro e feroz impulso, investe pela encosta, chegando ao ponto de que partiu no preciso instante em que o sol mergulha completamente no limite do céu. «Conquistou muita terra!», declara o chefe com admiração.

Pakhom cai no chão de braços estendidos. Quando o criado avança para o ajudar a levantar-se, vê que corre um fio do sangue da boca do amo. Os bachquires dão estalidos com a língua a manifestar comiseração. O criado pega na pá e abre uma sepultura simples com seis pés de comprimento. Com a morte de Pakhom e o enterro humilde que lhe calha, fica respondida a pergunta do título da história: é toda a terra de que um homem precisa.

---

Poderá parecer estranho principiar um livro acerca da configuração de uma economia justa no século XXI com uma história de ficção acerca da vida campesina no século XIX. Um livro que aspira a iluminar a estrutura de uma economia mais justa e sustentável para o nosso tempo deverá explorar soluções plausíveis para a desigualdade de riqueza, para a ruína ambiental, o desaparecimento dos bons empregos de classe média, a precarização de

um número crescente de trabalhadores, a influência desmedida do capital financeiro, a erosão da gestão democrática nos setores privado e público e por aí em diante. Os capítulos que se seguem exploram estas questões em pormenor.

No entanto, a história de Tolstói atinge diretamente os dogmas económicos que contribuíram para todos estes problemas contemporâneos. Mostra os perigos da racionalidade divorciada dos propósitos morais. Apreende os mecanismos psicológicos da obsessão aquisitiva e mostra como são causa de sofrimento. Alude aos efeitos ecológicos resultantes de a sociedade estar impregnada desse comportamento: Pakhom não é o único responsável pelo solo «exaurido» e a descrição da história dos indivíduos que procuram um ganho privado e esgotam um recurso vital antecipa os problemas de ação coletiva dos especialistas em teoria dos jogos. Ele retrata uma indiferença arrogante em relação aos modos tradicionais de vida e uma tentativa descarada de lucrar com a sua destruição.

Tolstói não era economista e, todavia, numa história incidiu mais luz sobre a riqueza, a psicologia e a ética do que a maioria dos economistas profissionais faz numa vida inteira. Perseguindo o crescimento a todo o custo, Pakhom comporta-se com a racionalidade da maximização do lucro dos modelos económicos ortodoxos, expandindo-se para novas regiões de oportunidades percebidas, ignorando as externalidades negativas como o solo exaurido e os relacionamentos arruinados. Durante algum tempo, este ciclo de expansão parece um sucesso. Porém, a ideia de que uma externalidade — custos ou benefícios indiretos de transações económicas — poderá permanecer externa depressa fica exposta como um mito enganador. Acaba por não conseguir escapar às consequências da sua própria cobiça.

A um nível mais subtil, Tolstói mostra a que ponto podem ser sedutoras as más opções. A cada etapa, Pakhom tem boas razões aparentes para se expandir: os vizinhos são desagradáveis, não arrendar é mais eficaz, os preços da terra são baixos e a qualidade

é boa. No sentido estrito da expressão, está a comportar-se racionalmente. Contudo, uma sucessão de decisões aparentemente racionais culmina em catástrofe.

A cada novo nível de riqueza, em vez de desfrutar dos recursos de que já dispõe, fica rapidamente insatisfeito, regressando a um estado anterior de contentamento, num padrão a que por vezes se chama adaptação hedonista. Mesmo numa fase já final da história, Pakhom ainda tem a possibilidade de dar por perdido o montante vulgar de mil rublos, descansar deitado na erva e regressar sem pressa para junto da tribo. Contudo, nessa altura, está nas garras de uma falácia letal do custo incorrido. Investiu já um esforço excessivo, seria uma loucura parar nesse momento. Continua, por isso, a investir mais energia num empreendimento condenado. Toma consciência disso momentos antes da sua morte. «Ah, fui levado pela cobiça, dei cabo de tudo», pensa ele. Tal como os heróis da antiga tragédia grega, apenas reconhece uma verdade vital quando já é tarde demais.

Muito antes de ter existido a economia comportamental, Tolstói apreendeu a estrutura de alguns dos seus conceitos centrais, tais como a falácia do custo incorrido e a adaptação hedonista. Contudo, entende esses fenómenos mais como fragilidades do que como falácias, não tanto falhas no nosso *software* cognitivo, mas riscos num panorama de possibilidades morais. O próprio Diabo usa-as para obter o poder sobre a alma de Pakhom. Pakhom não é apenas previsivelmente irracional. As suas escolhas têm uma dimensão moral crucial e o desejo de adquirir constantemente mais desfigura as suas convicções e o seu comportamento.

Contudo, a força deste desejo não é uma característica universal ou inevitável da natureza humana. O estilo de vida dos bachquires reflete um conjunto diferente de valores. As suas vidas são materialmente mais simples e seguem padrões sazonais. No verão, não trabalham muito. A ânsia de Pakhom para tirar partido deles limita a sua atenção à falta de sagacidade financeira deles. São «ignorantes»,

tão «simplórios como ovelhas». Vê o interesse extremamente limitado dos bachquires pela riqueza não como um desafio moral aos seus próprios valores, mas como uma debilidade néscia e como uma oportunidade de negócio. A própria vida anterior de Pakhom, antes da interferência do Diabo, constitui outro modelo desconsiderado de uma existência mais gratificante. Tal como diz a sua mulher no começo da história, «a barriga do mujique é magra, mas longeva, não seremos ricos, mas teremos sempre o nosso pão». Tinha ao seu alcance uma vida não onerada pela cobiça autodestrutiva.

O final da história dramatiza uma verdade incontornável, ainda que facilmente esquecida. Tal como afirmou o economista John Maynard Keynes num contexto diferente: «A longo prazo estaremos todos mortos.» Subjacente à ironia fina — ao querer demasiada terra, Pakhom acaba morto numa porção diminuta dela — está um argumento de maior alcance. Keynes, ao refletir acerca do filósofo Edmund Burke, formulou bem a ideia: «O nosso poder de previsão é tão insignificante e o nosso conhecimento das consequências remotas tão incerto que raramente é sensato sacrificar um benefício presente a uma vantagem a dobrar no futuro.»<sup>2</sup>

Arruinar o nosso presente por um futuro de que talvez não se venha a desfrutar é insensato. Contudo, tal não significa que uma boa vida consista em frenesim consumista de prazeres imediatos, que, mesmo que a tal nos possamos permitir, apenas atrai a insatisfação e o cansaço da adaptação hedonista. Constitui antes um lembrete para investir em fontes mais duradouras de satisfação, tais como a família e as amizades, a conduta ética, a dedicação a causas dignas e a busca da excelência em atividades dotadas de significado.

Tolstói, tal como Keynes, reconheceu que os principais tópicos da economia são inelutavelmente morais e políticos. A economia deverá explorar não apenas o modo como os seres humanos produzem e consomem recursos, mas também a justeza e a conveniência dessas atividades para os indivíduos, as nações, o mundo

natural e os nossos descendentes. Sem essas fundações éticas, todos os aperfeiçoamentos técnicos serão simplesmente aquilo a que Henry David Thoreau chamou certa vez «meios melhorados de alcançar um fim não melhorado»<sup>3</sup>.

Reconhecer o estatuto moral das principais questões económicas, embora seja essencial, não basta para as resolver. Inúmeros livros diagnosticaram a crise contemporânea do capitalismo, sublinhando o modo como debilitou a democracia, concentrou a riqueza, prejudicou a saúde e o bem-estar humanos e devastou ecossistemas por todo o planeta. Esse trabalho é importante, mas concentrarmo-nos exclusivamente na natureza dos problemas acarreta o risco de dar a entender que as únicas opções viáveis são a revolução ou a resignação com o estado de coisas. Este livro, baseado em anos de reportagem para a revista *New Yorker*, analisa um conjunto de soluções práticas para problemas económicos urgentes, da redução da desigualdade económica ao combate à crise climática e à criação de empregos com significado.

---

Se o leitor possuir algum conhecimento de história e filosofia, a chamada revolução na economia comportamental nas últimas décadas parece menos revolucionária. Muitas das principais visões da economia comportamental são redescobertas de padrões já identificados por filósofos antigos. Os diálogos de Platão retratam e analisam os processos cognitivo-emocionais a que a economia comportamental chama agora viés de confirmação, viés da disponibilidade, efeitos de enquadramento, aversão à perda, heurística da representatividade e ancoragem<sup>4</sup>. Há algum valor em determinar estes padrões com os métodos da psicologia experimental, por intermédio de estudos em dupla ocultação e populações de todo o mundo. Contudo, é espantoso que algumas das realizações mais célebres em economia sejam, em grande medida, uma redescoberta de processos descritos por filósofos e romancistas.

A ideia de que a economia é essencialmente um subdomínio da filosofia esteve outrora generalizada. À primeira vista, poderia desconfiar-se de que o excerto que se segue seria de autoria de um filósofo, em vez de um dos economistas matematicamente mais dotados e influentes do século xx: «Parece cada vez mais claro que o problema moral da nossa era está relacionado com o amor pelo dinheiro, com a atração habitual do dinheiro em nove décimos das atividades da vida, com a busca universal da segurança económica individual como objeto prioritário dos nossos esforços, com a aprovação social do dinheiro como medida do êxito construtivo e com a atração social pelo instinto de acumulação como provisão necessária para a família e o futuro.»<sup>5</sup> O autor era John Maynard Keynes, a escrever em 1925. E noutra ocasião, escreveu que à economia se «chamaria mais adequadamente economia política» e que ela é uma «vertente da ética»<sup>6</sup>.

Esta ênfase ética surge repetidamente na escrita de Keynes. Com um otimismo que se revelou prematuro, descreveu um futuro em que «o amor pelo dinheiro como posse — em contraste com o amor pelo dinheiro como meio para os prazeres e as realidades da vida — será reconhecido pelo que é, uma morbidez algo revoltante, uma dessas propensões semicriminosas, semipatológicas que se confiam com uma espécie de estremecimento ao especialista em doenças mentais». Criticando a natureza «decadente» e «individualista» do capitalismo internacional após a Primeira Guerra Mundial, objetou que «não é inteligente, não é bonita, não é justa, não é virtuosa»<sup>7</sup>. É difícil imaginar economistas da linha dominante como o antigo secretário de Estado do Tesouro Lawrence Summers a usar atualmente este tipo de linguagem moral e estética.

O recurso da economia dominante a um vocabulário tecnocrático e quase científico obscurece as questões éticas e políticas que residem no âmago da disciplina. Milton Friedman afirmou num ensaio de 1953 que a economia «é, ou pode ser, uma ciência

“objetiva”, precisamente no mesmo sentido que qualquer das ciências físicas»<sup>8</sup>. Depois dele, muitos outros economistas aceitaram esta pretensão, que se tornou extremamente influente na política e na vida quotidiana. Se Friedman tiver razão, os juízos morais de Keynes, Tolstói ou qualquer outro serão irrelevantes para a disciplina. Pelo contrário, o *statu quo* surge como inevitável e imutável: na famosa frase de Margaret Thatcher, «não há alternativa».

Há múltiplas razões para rejeitar este ponto de vista e um número crescente de economistas vem a fazê-lo. A economista contemporânea Julie Nelson, uma das mais argutas críticas da sua própria disciplina, chama ao «modo de prática económica hegemónica que imita a física» um dogma prejudicial, «com os seus verdadeiros crentes firmemente apegados a alegações metafísicas particulares acerca da psicologia humana e o comportamento organizacional muito depois de outra investigação ter mostrado que essas alegações são amplamente falsas e/ou inúteis»<sup>9</sup>. Esta postura de imparcialidade científica permite aos economistas convencionais contrabandear toda a espécie de afirmações dúbias para as orientações e o discurso político, no interior da espaçosa mala da neutralidade pseudocientífica.

O primeiro capítulo deste livro investiga o modo como tantos economistas poderosos vieram a adotar esta pose invejosa da física. Também analisa um movimento crescente de um grupo internacional de académicos com vista a reformar a educação económica, trazendo para o primeiro plano o contexto filosófico e político em que se desenrolam as decisões económicas. É vital reconhecer a essência moral da economia, mas precisamos também de propostas concretas e práticas quanto ao modo de organizar empresas e mercados de força de trabalho, de fixar preços e distribuir bens e recursos e quanto à maneira de incluir mais cidadãos nas decisões económicas cruciais. Os restantes oito capítulos abordam histórias do mundo real, de pessoas e modelos que já estão a criar uma alternativa ao nosso desastroso estado de coisas económico.

O capítulo 2 incide numa iniciativa centrada em Amesterdão chamada True Price (Preço Real) que está a injetar diretamente considerações morais na formação dos preços. Fazendo com que os preços das mercadorias reflitam o seu impacto noutros humanos e na natureza, a True Price leva os produtores a alterar as suas práticas mais nocivas, recompensa os consumidores que seguem esses sinais transmitidos pelos preços e gera fundos para solucionar alguns dos piores impactos de muitas mercadorias. O terceiro capítulo analisa um efeito da prioridade dada a bens e serviços baratos — trabalhadores tão mal remunerados que lhes é impossível sobreviverem. O movimento por um salário digno tem sido prejudicado pelo mito de uma economia amoral. Sob a capa da neutralidade, o próprio significado da palavra *digno* foi redefinido por empresas e destacados economistas de maneira profundamente restritiva e mesquinha. É algo que está agora a mudar, havendo cada vez mais pessoas a reconhecer que a definição de um salário digno é uma questão moral e política, não científica.

Um emprego que pague o suficiente para permitir uma definição razoável de vida digna soa bem; mas e se não existirem empregos desses em número suficiente? Nesse caso, que poderemos fazer senão deixar que algumas pessoas definham no desemprego ou em funções com salários e condições terríveis? O quarto capítulo explora uma possível alternativa: a implementação de uma garantia de emprego. Visitamos a região na Áustria onde está a ser testado com êxito um programa desse tipo e ficamos a saber da sua capacidade para melhorar as condições do trabalho no setor privado, beneficiar os desempregados de longa duração e satisfazer as necessidades essenciais da comunidade.

O trabalho através das plataformas ou em regime flexível é muitas vezes visto como uma manifestação de mercados de trabalho deficientes, não como parte da solução. Contudo, nada há de inerente ao trabalho flexível que exija que seja dominado por empresas predadoras apoiadas em capitais privados. O capítulo 5 analisa

a criação de plataformas de trabalho administradas como serviços públicos, mais um modelo inovador para corrigir mercados de trabalho deficientes. Cobrando apenas uma margem diminuta por transação, em vez das tarifas extrativas das empresas baseadas em aplicações de Silicon Valley, um modelo de serviço público poderá reforçar os salários ao mesmo tempo que aplica leis laborais, proporcionando benefícios e formação para os funcionários, e aumenta as possibilidades de progressão. Um modelo alargado a nível de cidade já está a ser testado na Califórnia e estão planeados projetos análogos em vários pontos dos Estados Unidos.

No capítulo 6, viajamos até ao País Basco, em Espanha, onde a Mondragon Corporation criou a maior rede mundial de cooperativas que são propriedade dos próprios trabalhadores. Com cerca de 80 mil empregados e mais de 11 mil milhões de receita, competem com êxito em dezenas de diferentes mercados internacionais, ao mesmo tempo que praticam uma proporção de 6:1 entre o salário mais elevado e o mais baixo e gozam de administração democrática. A noção de que é preciso remunerar os CEO a níveis estratosféricos para se ter eficácia nos negócios é um mito: já existe um modelo alternativo poderoso em grande escala e apenas precisa de ser aplicado de forma mais generalizada. O capítulo 7 expõe outro mito fundamental do capitalismo moderno: o de que a maximização do lucro constitui necessariamente o objetivo dos negócios e dos seus proprietários. Um número crescente de fundadores a aposentarem-se e de jovens empresários estão a dar uma nova utilidade a um velho instrumento jurídico, ao transferirem a propriedade das suas sociedades para fideicomissos que estipulam um propósito distinto da maximização do lucro como objetivo da sua atividade. Estes objetivos incluem a partilha de lucros com os empregados, a longevidade da empresa, a proteção do meio ambiente ou donativos a organizações sem fins lucrativos.

Os orçamentos públicos constituem um método promissor para a democratização de uma maior parte da economia e os executivos

municipais têm muitas vezes uma capacidade única para a inovação. No capítulo 8, visitamos duas povoações europeias com orçamentos extremamente inovadores. A primeira, é a vila portuguesa de Cascais, um modelo globalmente reconhecido de orçamentação participativa. Todos os anos, os cidadãos votam a maneira de despender uma percentagem considerável da despesa municipal orçamentada. Nos últimos dez anos, a cidade gastou dezenas de milhões de euros numa variedade de importantes projetos de infraestruturas propostos por cidadãos de muitas proveniências étárias e sociais: o resultado é uma cultura cívica mais forte e uma democracia económica florescente. A segunda povoação é a cidade de Oslo, na Noruega, que executa um programa orçamental climático extremamente eficaz, dando prioridade a reduções definidas de emissões de carbono em cada ano. Oslo contribui para inspirar outras importantes cidades por todo o mundo a implementar programas análogos.

O capítulo final analisa modelos inovadores que aplicam capital de investimento com vista a reduzir a desigualdade de riqueza e promover uma economia mais verde. Novos fundos de capital de risco vêm a praticar aquilo a que se poderia chamar a arte da aquisição cooperativa. Compram empresas convencionais e convertem-nas depois em cooperativas pertencentes aos trabalhadores ou ESOP (*employee stock ownership plan* — plano de participação acionista dos trabalhadores). O capital de investimento é controlado para distribuir a riqueza de uma forma mais justa, invertendo precisamente a dinâmica das aquisições hostis que fazem a fama de Wall Street. Outro modelo, propõe combinar o financiamento privado e público numa nova agência federal para resolver problemas de escassez nas cadeias de abastecimento e apoiar a infraestrutura nacional com vista a uma economia verde.

Estes modelos e iniciativas — a alternativa — não são os únicos elementos possíveis de uma economia justa. O trabalho de organizações sem fins lucrativos, tais como a Tax Inspectors Without

Borders ou a Tax Justice Network, por exemplo, ajuda a reduzir a evasão fiscal no interior dos países e entre eles, financia projetos muito necessários de infraestruturas e limita a desigualdade económica. Muitas outras ambições políticas já antigas ou recentes — reforçar a tributação progressiva das empresas e dos indivíduos, mudanças nas leis laborais para possibilitar a existência de sindicatos mais fortes, cuidados de saúde nacionalizados, legislação sobre a diligência prévia na cadeia de abastecimento, reforço do escrutínio regulatório pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Agência de Proteção Ambiental, legislação sobre concorrência e regulação das grandes empresas tecnológicas, padrões robustos e juridicamente impostos para o investimento em governança ambiental, social e corporativa — também merecem apoio. Que estes tópicos não sejam tema de capítulos é algo que reflete estrangulamentos de espaço e tempo, disponibilidade de fontes ou o facto de que já foram bem analisados por outros autores. Todavia, algumas omissões decorrem de uma avaliação crítica. As criptomoedas não são discutidas, pois estão a dificultar e não a acelerar a criação de uma economia justa. Sendo um ativo especulativo sem valor intrínseco, com pendor propagandístico e criado por «mineração» eletrónica que gera uma grave poluição, as criptomoedas deviam ser reguladas de forma mais estrita ou simplesmente ilegalizadas.

Nenhuma das ideias aqui discutidas representa uma única solução abrangente para problemas económicos e políticos. O argumento não é «Isto resolve tudo!», mas antes «Isto resolve algumas coisas, em certa medida». No entanto, a vida seria radicalmente diferente nas cidades, nos estados ou países que adotassem uma massa crítica destas iniciativas. Não há atualmente um único lugar que implemente o orçamento participativo, a orçamentação climática, a garantia de emprego, a partilha de lucros mediante a participação acionista de trabalhadores, os preços reais, o capital de investimento empregado na redução da desigualdade de rendimentos,

os salários verdadeiramente dignos, a formação menos dogmática em economia e um mercado de emprego do tipo do serviço público para a mão de obra irregular. O facto de a vida e a cultura serem já muito diferentes nalguns dos lugares onde existem apenas algumas destas iniciativas dá a entender o potencial para uma transformação profunda, ainda que apenas três ou quatro fossem amplamente adotadas na mesma região e pudessem funcionar em sinergia.

É algo que já começa a acontecer. O município de Mondragón, sede da maior cooperativa do mundo que é propriedade de trabalhadores, tem um programa de orçamento participativo. A cidade de Amesterdão, onde teve origem a fixação dos preços reais, também pratica uma versão de orçamento climático. E muitos dos negócios obtidos por intermédio de aquisições cooperativas ou que são propriedade de fideicomissos com um objetivo também pagam um salário verdadeiramente digno.

Estas iniciativas estão a reformar economias por todo o mundo. Embora variem na abordagem, todas perfilham uma visão da economia como espaço de ação moral e responsabilidade, em vez de uma zona isenta de valores e autorregulada. Em 1933, Keynes fez uma alocução ao público da rádio, imediatamente antes de inaugurar a Conferência Económica Mundial: «As necessidades do mundo são desesperadas: todos nós gerimos mal os nossos assuntos, vivemos miseravelmente num mundo de máxima riqueza potencial. [...] Todas as conferências anteriores [...] terminaram com banalidades ocas e frases ambíguas tão enfadonhas e insípidas que expiraram num bocejo universal. Não se deverá em parte o presente estado chocante do mundo à falta de imaginação que demonstraram?»<sup>10</sup>

Este livro antevê como o mundo poderia mudar se mais pessoas dessem provas dessa imaginação necessária. Os leitores poderão discordar — e irão fazê-lo — sobre quais destes projetos são mais exequíveis, atraentes e urgentes. O que é fundamental para todas

estas iniciativas é uma mudança mais profunda da nossa própria noção de economia, de uma esfera impessoal de forças abstratas que seriam mais bem governadas por tecnocratas para uma arena humana de decisões éticas com as mais elevadas apostas imaginárias. Esta mudança, que tanto Tolstói como Keynes compreenderiam, constitui talvez a condição prévia mais básica para se criar uma economia mais justa.

# 1

---

## O Combate pela Academia

Em novembro de 2008, a rainha Isabel II estava de visita à London School of Economics, volvidos apenas alguns meses desde que a especulação negligente de banqueiros provocara uma crise financeira global. Com uma franqueza majestosa, dirigiu aos anfitriões uma pergunta que estava em muitas mentes. Por que razão ninguém anteviu a derrocada?

Num momento raro de introspeção pública, alguns professores de economia responderam posteriormente à rainha. Primeiro, responsabilizaram erros humanos genéricos: «É difícil recordar um exemplo melhor de esperanças vãs associado a arrogância.» No entanto, também culpavam a sua própria disciplina. Os seus «modelos financeiros e económicos [...] eram bons a vaticinar riscos diminutos e a curto prazo», porém, não estavam «equipados para dizer o que aconteceria quando as coisas corresse mal, tal como correram». Enfatizaram que «algumas das melhores mentes matemáticas do nosso país e do estrangeiro» estavam envolvidas no cálculo do risco, mas «era frequente não visualizarem o quadro completo»<sup>1</sup>.

Esta combinação de matemática e miopia capta uma verdade básica a respeito da economia no último meio século. À medida que a disciplina se torna extremamente técnica e matemática, os seus profissionais mantêm-se muitas vezes na ignorância das implicações políticas do seu trabalho. O «quadro completo» tem sido em parte obscurecido pela ilusão de mestria e precisão que a matemática complicada consegue produzir. Em 1985, um crítico já comentara: «Os departamentos de economia estão a formar uma geração de sábios idiotas, brilhantes em matemática esotérica, mas ingénuos relativamente à verdadeira vida económica.»<sup>2</sup> Numa conversa comigo quase quatro décadas depois, um destacado economista contemporâneo que pediu para não ser identificado descreveu o uso da matemática pela disciplina como «masturbação no mosteiro».

Alguns economistas estão hoje entre os críticos mais acutilantes dos limites intelectuais do seu campo. Um economista de uma universidade canadiana disse-me que, embora a matemática seja uma ferramenta útil, impõe um limiar baixo à complexidade das questões que os economistas podem estudar. Os economistas precisam de conhecimentos de uma variedade de ciências sociais e disciplinas das humanidades para compreender os problemas complexos do mundo real, tais como crises financeiras, alterações climáticas ou discriminação no trabalho e no mercado de crédito. Um jovem professor francês com quem me encontrei recordava-se de frequentar a licenciatura com um colega, agora professor do quadro universitário permanente, que tinha um desempenho brilhante em modelação formal e matemática, mas não fazia ideia de quem eram Adam Smith, John Maynard Keynes ou Karl Marx. Não obstante trabalharem em séculos e tradições diferentes, Smith, Marx e Keynes partilhavam uma visão da economia intelectualmente ampla em que o conhecimento da história, da ética, da psicologia e da política era uma condição prévia da investigação com significado.

Alguns anos antes da derrocada de 2008, um inquérito entre estudantes de licenciatura nos departamentos de economia mais prestigiados dos Estados Unidos concluiu que uma maioria via «um conhecimento completo da economia» como não tendo relevância para se tornarem economistas bem-sucedidos. Contudo, apenas 14 por cento viam a «excelência em matemática» como sem importância. Um estudante de Princeton comentou: «Há demasiada matemática e não vemos qual é a sua finalidade.»<sup>3</sup> Isto mostra algo extraordinário a respeito da formação que os economistas recebem. Também corresponde precisamente ao que os professores escreveram à rainha: «As melhores mentes matemáticas» não tinham «visualizado o quadro completo.»

Tendo em conta tal formação, não surpreende que a complacência dominasse a economia tradicional antes da derrocada de 2008. Em 2003, o economista Robert Lucas, da Universidade de Chicago, afirmou no seu discurso de tomada de posse como presidente da Associação Americana de Economia que o «problema central da prevenção da depressão foi resolvido, para todos os efeitos práticos, e foi, de facto, resolvido durante muitas décadas»<sup>4</sup>. Lucas também defendeu que questões relativas à desigualdade de rendimentos devem ser excluídas da economia: «Uma das tendências prejudiciais para a economia sólida, a mais sedutora e, na minha opinião, a mais venenosa, consiste em concentrarmo-nos em questões de distribuição.»<sup>5</sup> Para alguns economistas, o «quadro completo» não foi ignorado. Foi empurrado para fora do campo de visão.

Este tipo de visão em túnel não é inerente à disciplina. É antes uma escolha estratégica que beneficia poderes plutocráticos entrenchados. O economista canadiano Jacob Viner declarou certa vez que «os homens não são por natureza tacanhos nos seus interesses intelectuais; é preciso uma formação especial e rigorosa para o conseguirem»<sup>6</sup>. A confusão da economia com as ciências naturais tem sido politicamente muito útil: permite que os economistas

reivindiquem uma certeza científica ao mesmo tempo que promovem argumentos inerentemente políticos e morais. O debate acerca do conteúdo da formação em economia poderá parecer puramente académico, mas quando os economistas se apresentam como cientistas neutros, conseguem limitar o conjunto de respostas imagináveis a muitas questões cruciais. O treino intelectual dos economistas tem um impacto profundo no discurso público e na decisão política. Milhões de estudantes do ensino superior frequentam aulas de economia todos os anos, até mesmo aqueles que não assimilam muitos dos dogmas que caracterizam a formação convencional em economia. Este capítulo narra parte da longa história do esforço para controlar a imagem e o conteúdo da economia. Também explora os novos esforços para dar um maior fundamento empírico à área e torná-la filosoficamente mais ampla.

A confusão subtil da economia com as ciências naturais é um desenvolvimento relativamente recente, a que muitas das figuras mais brilhantes do domínio resistiram. Nos começos do século xx, Keynes rejeitou a restrição da economia apenas à matemática. Escreveu que o economista «tem de ser, em certa medida, matemático, historiador, estadista, filósofo. Tem de estudar o presente à luz do passado com vista ao futuro. Nenhuma parte da natureza do homem ou das suas instituições deverá escapar totalmente ao seu olhar.»<sup>7</sup> Em suma, a maior parte da economia é acerca do «quadro completo» — as implicações políticas, históricas e morais da questão.

O economista Luis Garicano, a quem a rainha dirigira a sua pergunta, disse ao jornal *The Guardian* que «a principal resposta é que as pessoas estavam a fazer aquilo que lhes pagavam para fazer e se comportavam em consonância com os seus incentivos, mas, em muitos casos, estavam a ser pagas para fazer as coisas erradas na perspectiva da sociedade»<sup>8</sup>. A sua observação é uma inversão exata da dinâmica descrita pela «mão invisível» de Adam Smith,

em que indivíduos que se empenham em aumentar a sua própria riqueza criam resultados sociais positivos.

Foi bom que os economistas pedissem desculpa à rainha, mas tal como escreveu o poeta favorito de uma anterior rainha Isabel, «tu te arrependes mas a perda é minha,/ tristeza de ofensor dá fraco alento/ a quem co'a cruz da ofensa vil caminha»<sup>9</sup>. Não surpreende que as pessoas que tentam enriquecer por quaisquer meios não contribuam automaticamente para o bem-estar e prosperidade da sociedade. Uma pergunta melhor é como é que tantas pessoas passaram a acreditar nisso.

### ABANDONO DA MORALIDADE, PROSSEGUIDO POR UM ECONOMISTA

Em 1989, o jovem dueto britânico de comédia, composto por Stephen Fry e Hugh Laurie, deu vida, de forma brilhante, à descrição pelo filósofo David Gauthier dos mercados económicos como «zona isenta de moral»<sup>10</sup>. Num número intitulado «Empréstimo Bancário», Laurie representa um empresário a tentar obter crédito e Fry é um banqueiro. Quando Fry pergunta que produto espera ele comercializar, Laurie mostra duas pequenas saquetas. A azul contém cocaína e a vermelha heroína.

**Laurie:** A minha própria pesquisa de mercado e algum trabalho realizado pela equipa de embalagem e grafismo revelou que a cocaína é considerada um produto mais fresco e vivo, daí o azul, e a heroína é mais quente e mais apaixonante, por isso, o vermelho. Discorda? Valorizaria a sua opinião.

**Fry:** Está a planear distribuir e vender drogas?

**Laurie:** Precisamente. Há mercado, estou pronto a avançar e convenhamos: a Europa está aberta a negócio.

**Fry:** Bem... é verdade.

**Laurie:** Há algum problema?

**Fry:** Talvez, talvez.

**Laurie:** Já sei o que vai dizer. É um mercado que até agora tem sido restringido por muitas regras e regulamentos, mas deixe-me que lhe diga: quando comecei a olhar para este mercado, pensei para comigo, «é, seria melhor fabricar papelada burocrática». Ah, ah, ah!

**Fry:** É verdade, papelada burocrática.

**Laurie:** Só que, graças a Deus, os tempos estão a mudar. Há novos mercados a abrir-se e eu estou pronto para os aproveitar.

**Fry:** Certo.

**Laurie:** Que há procura é garantido.

**Fry:** Hum, hum.

**Laurie:** O que mais me entusiasma é que é um mercado tão jovem.

**Fry:** A sério?

**Laurie:** Muito, muito jovem. O perfil dos consumidores aponta para o segmento dos 12 aos 15 anos. E se conseguirmos fidelizá-los como consumidores, apenas poderão ser boas notícias.

**Fry:** Percebo. Mas... mas...

**Laurie:** Já sei o que vai dizer. «Mas eles têm dinheiro?», não é? Bem, o que digo sempre é, «se o produto for o adequado, arranjam o dinheiro». Nas malas de mão das mães, nos rádios dos carros, nos pensionistas idosos... em qualquer lugar.

**Fry:** Hum. Quero dizer... há... hesito em usar uma palavra destas. Sei que é antiquada. Mas acha que é perfeitamente ético?

**Laurie:** Desculpe?

**Fry:** Será ético?

**Laurie:** Ético?

**Fry:** Sim.

**Laurie:** Não tenho a certeza de ter números precisos acerca disso...

**Fry:** Pois, mas o que quero dizer... será moralmente aceitável fazê-lo? Percebe... são crianças...

**Laurie:** Bem. Deixe-me inverter a questão e perguntar-lhe isto: preferia que não fizessemos nada e ficássemos a ver os alemães, os holandeses, os sul-americanos a apoderarem-se da nossa quota de mercado? Onde é que estaria então a sua preciosa moralidade?<sup>11</sup>

A peça é uma paródia perfeita dos dogmas dos anos 1980 favoráveis ao mercado, predominantes durante os regimes de Margaret Thatcher, Augusto Pinochet e Ronald Reagan. Deixa claro como é bizarra a compulsão para suspender as considerações morais sob o estandarte dos «mercados». Rimo-nos da rejeição alegremente psicótica das preocupações éticas por Laurie e, contudo, as atitudes que ele satiriza — toda a regulação são formalidades burocráticas, os mercados são os árbitros ideais das interações humanas e os países, tal como os indivíduos, estão enredados numa competição mortal, pelo que se um não fizer algo perverso, outros o farão — continuam bem disseminadas. Marx inicia o seu *Dezoito de Brumário* com a observação de que «todos os grandes acontecimentos e personagens da história mundial ocorrem duas vezes [...], a primeira como tragédia e a segunda como farsa»<sup>12</sup>. Aquilo de que os comediantes troçavam na década de 1980 veio a tornar-se estratégia de negócio da empresa californiana Juul Labs, fundada por dois diplomados por Stanford em 2015 e valorizada em 38 mil milhões de dólares no seu auge. A Juul tinha como alvo adolescentes e crianças desde os 8 anos com os seus cigarros

eletrónicos com sabor a reбуçado, tal como revelou um inquérito do Congresso<sup>13</sup>. Se os mercados são zonas amorais, então, trata-se de facto de uma «empolgante» oportunidade de negócio vender substâncias letais a crianças.

Não há uma linha clara entre lucrar com a venda de drogas a crianças e vender-lhes refrigerantes açucarados, experiências viciantes nas redes sociais ou alimentos ultraprocessados que as deixam doentes. Por onde uma sociedade faz passar tal linha depende de valores morais e políticos. A expressão *forças de mercado* implica uma analogia disparatada com as forças envolvidas nas leis da natureza estudadas por cientistas no mundo físico. A deliberação política não pode alterar o funcionamento da gravidade. Contudo, as forças de mercado apenas operam devido a decisões políticas e éticas. A descrição das forças de mercado como naturais e inevitáveis constitui uma estratégia politicamente conveniente para aqueles que gostariam de curto-circuitar o processo pelo qual a sociedade estabelece fronteiras aceitáveis. Retirar as crianças do mercado de trabalho foi inicialmente considerado pelos críticos como um abuso regulatório intolerável. À medida que os padrões morais se alteram ao longo da história, o que parece natural em economia também varia.

Os comediantes britânicos capturaram algo de real no espírito do tempo thatcheriano. Em 1991, o economista Lawrence Summers assinou um memorando interno como economista-chefe no Banco Mundial, expondo o que parecia ser para si um argumento racional: «Achei sempre que os países subpovoados em África são extremamente SUB-poluídos [...]. Penso que a lógica económica de despejar carradas de resíduos tóxicos nos países com os salários mais baixos é irrepreensível e deveríamos encará-la seriamente.» Calculado pelos ganhos perdidos, o custo económico da doença e da morte prematura — resultados da proximidade de resíduos tóxicos — é mais baixo em países com salários mais reduzidos, daí a conclusão: atire-se o lixo para as pessoas pobres. O ministro do

Ambiente do Brasil, José Lutzenberger, escreveu a Summers: «O seu raciocínio é perfeitamente lógico, mas totalmente insano.»<sup>14</sup> O que há de insano no memorando de Summers não é a sua matemática; é a premissa moralmente viciosa de que as vidas humanas são mais bem avaliadas pelo seu potencial ganho financeiro. Se Summers tivesse uma educação económica mais próxima da imaginada por Keynes, combinando o conhecimento de historiadores, estadistas e filósofos, talvez não tivesse subscrito aqueles pontos de vista.

### *Obedecer à «Lei»*

Quando o discurso popular e académico apresenta a economia como um reino de leis e forças imutáveis, dissuade as pessoas de procurarem formas de organização alternativas. O historiador israelita Eli Cook documentou muitos exemplos desta manobra retórica ao longo da história do capitalismo norte-americano. Em 1902, o professor William Graham Sumner, de Yale, descreveu a concentração crescente da riqueza empresarial em termos de «forças» e «gravitação», para defender que as configurações económicas vigentes eram «inevitáveis». Em 1904, o Gabinete das Sociedades Comerciais escreveu no seu relatório anual: «Há um movimento irresistível no sentido da concentração nos negócios. Temos de o reconhecer definitivamente como uma lei económica inevitável.» Isto significava que a legislação destinada a prevenir cartéis ou monopólios, como a Lei Sherman de 1890, era inútil<sup>15</sup>. A prática continua a prosperar. A revista *Science* garantia aos seus leitores, em 2014, que a desigualdade é natural e inevitável. «Os econofísicos afirmam que a distribuição de rendimento é, *inevitavelmente*, uma exponencial decrescente, com poucos contemplados e muitos perdedores»<sup>16</sup>, informava a legenda por debaixo de um gráfico.

Nada há de inevitável num nível particular de desigualdade. Ainda que surjam determinados padrões no estudo da história económica — e a qualidade, dimensão da amostra e categorias de dados são tudo coisas intensamente debatidas —, não há razão

para supor que um padrão tem de persistir. Alguém que fizesse o levantamento da economia mundial no ano 1800 poderia postular «leis» relativas à inevitabilidade do trabalho infantil ou do padrão-ouro. Não há razão para dar como certo que algumas das nossas «leis» correntes sobreviverão melhor. O economista francês Thomas Piketty formula claramente este ponto: «A história da distribuição da riqueza é sempre uma história profundamente política e não poderia ser reduzida a mecanismos puramente económicos.»<sup>17\*</sup>

A prática de apresentar argumentos políticos frágeis como leis físicas incontornáveis tem existido desde a alvorada da economia<sup>†</sup>. Ao criticar o sistema de complementos salariais concedidos aos pobres do campo, nos começos do século XIX, o economista inglês David Ricardo escreveu num tratado de 1817: «O princípio da gravitação não é mais certo do que a tendência de tais leis para transformarem a riqueza e o poder em miséria e fraqueza [...], até que por fim todas as classes estejam infetadas com a praga da pobreza universal.»<sup>18</sup> Ricardo declara que quem discordar de si é tão tolo quanto um opositor da gravidade. Tal como veremos no capítulo 4, uma versão do mal-entendido de Ricardo ainda é usada para argumentar contra o alargamento dos subsídios de desemprego e continua a disfarçar-se de lei inevitável.

Enquanto Ricardo invocava a física, outros autores usaram analogias biológicas, comparando os pobres com os animais. Na famosa

---

\* Alguns viram a observação de Piketty de que a taxa de retorno sobre o capital,  $r$ , é maior do que a taxa de crescimento da economia,  $g$ , quase como uma lei, mas a sua própria proposta política de um imposto global sobre a riqueza não aceita as disposições atuais como inevitáveis.

† A aspiração da «economia política» de se remodelar como uma ciência natural também domina a obra *Teoria Matemática Geral da Economia Política*, publicada pelo inglês William Jevons em 1862, e é evidente no trabalho anterior de pensadores do século XIX, tais como Jean-Baptiste Say e Thomas Malthus, que tentaram identificar as «leis» gerais que governam a economia. Grande parte da história do pensamento económico é um cemitério de tais leis, da lei de Say à lei de ferro dos salários.

parábola do autor do século XVIII, Joseph Townsend, acerca de cabras e cães, apenas a fome restabelece o equilíbrio entre uma população de cabras em crescimento exponencial e o seu suprimento alimentar. A história visava transmitir uma moral clara: «A fome amansará os animais mais ferozes, ensinará aos mais perversos a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição.»<sup>19</sup> Ao aplicar este princípio aos seres humanos, ele via qualquer tipo de auxílio aos pobres como perverso: «Apenas a fome consegue aguilhoá-los e atraí-los para o trabalho; contudo, através das nossas leis, nunca sentirão a fome.»<sup>20</sup> Por muito bem intencionada que fosse, a assistência aos pobres era equivalente a retirar os predadores da ilha das cabras: reprodução excessiva, sobrepopulação e, como resultado, sofrimento total acrescido. Daí que deixar a «natureza» seguir o seu rumo era a ação mais humana. A política do *laissez-faire* não era apenas uma opção política entre outras: era a «natural». Sobrevive uma versão desta teoria básica nas políticas de desemprego muito comuns que pressupõem que as pessoas apenas procurarão trabalho se estiverem desesperadas.

Townsend afirma que as elites da sociedade inglesa sofreriam se a ameaça imediata de morrer à fome não motivasse os pobres. «O que poderá, senão a aflição e a pobreza que se abatem sobre as classes mais baixas do povo, levá-las a enfrentar todos os horrores que as aguardam no oceano tempestuoso ou no campo de batalha?»<sup>21</sup> O império britânico em expansão exigia um fornecimento regular de pobres para empreenderem as viagens perigosas como marinheiros e soldados. Muitos produtos baratos na economia global de hoje ainda dependem de uma provisão de trabalhadores que enfrentam uma alternativa miserável entre a fome e as condições de trabalho brutais. A história de Townsend apoiava convenientemente os interesses políticos e económicos dos ricos. Ao apresentar as suas pretensões como leis naturais e inevitáveis, ajudou a inaugurar uma tradição duradoura e perniciosa.

As questões acerca da eficiência dos mercados, dos efeitos da tributação e da dívida do Estado, da racionalidade e do interesse próprio dos seres humanos, e do impacto de aumentar o salário mínimo são muitas vezes apresentadas como resolvidas, não obstante estarem rodeadas de enorme controvérsia. Mesmo em questões em que existe um maior consenso, é provável que as opiniões mudem. O economista conservador Steven Kates escreveu que «a vasta maioria dos atuais profissionais da economia teria sido considerada excêntrica na década de 1930 e antes dela.»<sup>22</sup> Isto devia fazer-nos pensar: muitos economistas contemporâneos poderão em breve ser considerados excêntricos. Ainda é comum para muitos economistas excluir o trabalho doméstico do PIB, ignorar o impacto da atividade económica noutras espécies e nos ecossistemas, e considerar o crescimento incessante como um objetivo sagrado. Não se trata de descobertas, mas de suposições, e não são defensáveis.

Em 1953, um jovem Milton Friedman afirmou que a economia era simplesmente como qualquer outra ciência física. «Em suma, a economia positiva é, ou pode ser, uma ciência “objetiva”, precisamente no mesmo sentido de qualquer uma das ciências físicas», escreveu ele<sup>23</sup>. Asseverou que as dissensões políticas se atenuariam logo que todos aceitassem os resultados dessa «ciência». Dito de outra maneira, toda a política não passa de economia mal compreendida. Porém, o contrário está mais próximo da verdade: a maior parte da economia é política incompreendida. Muitos consideram o ensaio de Friedman de 1970, «A Responsabilidade Social das Empresas É Aumentar os seus Lucros», com a sua adoção descarada da maximização do lucro, como um documento fundador do neoliberalismo. Contudo, este ensaio de 1953 a pretender que a economia é uma ciência natural poderá ser o texto mais destrutivo. Se isto for verdade, a «descoberta» de que as empresas apenas devem preocupar-se com os lucros é como uma lei do universo físico.

O denominado Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel, atribuído pela primeira vez em 1969, também ajuda a disciplina a conservar um verniz científico. Embora lhe chamem muitas vezes Prémio Nobel da Economia, Alfred Nobel não incluiu um prémio para a economia no seu testamento. Dinheiro da banca sueca criou o prémio com uma dotação permanente do banco central da Suécia que continua a pagar as despesas administrativas e o dinheiro do prémio concedido. Um descendente de Alfred Nobel chamou ao prémio «um golpe de relações públicas perpetrado por economistas para beneficiar a sua reputação»<sup>24</sup>. Sem o prestígio tomado de empréstimo ao nome Nobel, é duvidoso que um Prémio de Ciências Económicas Sveriges Riksbank fosse muito conhecido. Até Friedrich Hayek, que não se pode considerar um economista radical, criticou a criação do prémio quando o recebeu. Apontou os efeitos políticos perigosos de igualar a economia com as ciências físicas: «Parece-me que este fracasso dos economistas para orientarem a decisão política com mais êxito está intimamente relacionada com a sua propensão para imitarem tão de perto quanto possível os procedimentos das extraordinariamente bem-sucedidas ciências físicas.»<sup>25</sup> A advertência tem sido ignorada pelos seus seguidores. O Instituto Cato, conservador, cita o Prémio Nobel Hayek antes de declarar que «não só Hayek mostra que o socialismo é incompatível com a liberdade, como demonstrou que é incompatível com a racionalidade, a prosperidade e a própria civilização»<sup>26</sup>. Somos convidados a imaginar Hayek em grande azáfama num laboratório com provetas e tubos de ensaio, e a aparecer com o resultado: o socialismo é mau.

Determinados economistas influentes aceitam hoje que a economia está profundamente engrenada com a política nas suas origens, nas pressuposições e implicações. Amartya Sen defende um renascimento da economia política com base no reconhecimento de que o sonho de uma economia isenta de valores é impossível e indesejável<sup>27</sup>. Tal como escreveu o economista de Cambridge

Ha-Joon Chang: «A economia é um argumento político. Não é — e nunca poderá ser — uma ciência; não existem verdades objetivas na economia que possam ser estabelecidas de forma independente de juízos de valor políticos e muitas vezes morais.»<sup>28</sup>

Esta posição não equivale a relativismo e não exige uma renúncia à matemática. As políticas e as teorias económicas poderão ser melhores ou piores, e a matemática, os dados empíricos e os modelos formais poderão clarificar os debates. Porém, os modelos económicos, as orientações políticas e até as estatísticas baseiam-se em pressuposições que são políticas em grau variável. A autoridade não questionada de economistas que se fazem passar por cientistas, mesmo que das ciências sociais, não é democrática e é pernicioso. Dada a imensa influência que a disciplina da economia tem tido na tomada de decisão das políticas públicas e na consciência política, os programas de estudos de economia nas universidades tem sido um objeto de disputas ferozes.

### *Política até ao Fim*

Em 1990, o economista norte-americano Paul Samuelson escreveu: «Não me interessa quem escreve as leis de uma nação — ou engendra os seus tratados mais avançados — se eu puder escrever os seus manuais de economia.»<sup>29</sup> *Economia*, de Samuelson, publicado pela primeira vez em 1948, tornou-se o manual de economia com maior êxito comercial nos Estados Unidos durante décadas, vendendo milhões de exemplares e ajudando a introduzir os conceitos de John Maynard Keynes na América. Definiu áreas estratégicas do panorama intelectual para milhões de estudantes no século xx. Esses estudantes tornaram-se políticos, pais, diplomatas, professores, eleitores, contribuintes e empresários. É fácil perceber por que razão reivindicaria ele um estatuto superior ao dos legisladores.

Tal como mostrou o historiador económico Roger Backhouse, outras pessoas poderosas estavam igualmente cientes da influência

das ideias económicas. Quando o MIT ponderava usar o manual de Samuelson, em finais dos anos 1940, um membro da MIT Corporation queixou-se de Samuelson numa carta dirigida ao presidente do instituto. «É perfeitamente óbvio que o jovem tem tendências socializantes, se não for estritamente comunista.»<sup>30</sup> O autor da carta trabalhava na empresa telefónica Bell. Uma segunda carta preocupada veio também do mundo dos negócios: era de um diplomado pelo MIT que trabalhava para a empresa química DuPont. Sentia ele ser essencial que qualquer texto adotado pelo MIT fosse «totalmente objetivo e amadurecido» e afligia-o que faltassem a Samuelson essas características.

A «objetividade» desejada pelos empresários era um compromisso firme com uma visão de governo mínimo e capitalismo desenfreado, precisamente o tipo de estado de coisas que mais insuflaria os seus lucros. O vice-presidente da MIT Corporation, em resposta a um dos críticos, garantiu-lhe que «está fora de questão que algum membro do nosso departamento de economia não seja defensor devoto do sistema de livre iniciativa»<sup>31</sup>. É difícil imaginar um grupo de empresários a pressionar agressivamente contra o currículo de física do MIT.

Opor-se a um manual através da escrita de cartas e de algumas ameaças parece estranho em comparação com as estratégias atuais. Para quê escrever cartas quando se pode financiar a criação de uma cátedra universitária, estando implícito que os incumbentes disseminarão o evangelho fundamentalista do mercado livre? Registos obtidos em 2018 através de um pedido ao abrigo da Lei da Liberdade de Informação mostraram que os multimilionários irmãos Koch influenciaram as nomeações para economia na Universidade George Mason da Virginia, para a qual contribuíram com milhões de dólares<sup>32</sup>. Entre 2005 e 2014, Charles Koch doou 108 milhões de dólares a 366 universidades dos Estados Unidos<sup>33</sup>. Um aluno da George Mason recordou ter frequentado um curso de economia ambiental com um professor financiado

pelos Koch que usava um manual intitulado *Global Warming and Other Eco-Myths: How the Environmental Movement Uses False Science to Scare Us to Death*<sup>34</sup>. O livro foi publicado pelo Instituto Empresarial Competitivo, que também recebeu financiamento dos irmãos Koch.

Num momento de franqueza, um diretor da conservadora Fundação John M. Olin, que gastou centenas de milhões de dólares entre 1960 e 2005 a apoiar o ideário conservador em matéria de incentivos de mercado no seio de faculdades de direito, explicou que embora o direito e a economia parecessem neutrais, possuíam «um ímpeto filosófico na direção dos mercados livres e do governo limitado». As Faculdades de Direito de Harvard e Columbia estiveram entre as muitas destinatárias de financiamento da Fundação Olin<sup>35</sup>.

Um documento fundador para este tipo de campanha influenciadora foi escrito em 1971, quando o futuro juiz do Supremo Tribunal Lewis Powell enviou um memorando confidencial à Câmara do Comércio dos Estados Unidos a defender que a crítica pública generalizada do sistema de livre iniciativa privada constituía uma ameaça existencial às empresas americanas e à própria liberdade. Referindo as campanhas de segurança dos produtos travada por Ralph Nader nos anos 1960 e as sondagens de estudantes universitários que revelavam um grande apoio à nacionalização das principais indústrias, Powell argumentava que a conciliação com os críticos do capitalismo era uma estratégia perdedora. Os empresários, encabeçados pela Câmara do Comércio, tinham de lançar um contra-ataque agressivo. «Chegou a altura — aliás, já com muito atraso — de o bom senso, o engenho e os recursos das empresas americanas serem mobilizados contra aqueles que as querem destruir.»

Powell tinha em vista uma campanha em múltiplas frentes que visasse escolas secundárias, estabelecimentos universitários, os tribunais, a televisão, o setor editorial e os meios de comunicação

de massas. Também sublinhou o poder dos manuais, apelando a um quadro permanente de inspetores amigos das empresas na Câmara do Comércio para «avaliar os manuais de ciências sociais, *sobre-tudo os de economia*, de ciência política e de sociologia. Este programa deveria ser continuado». (Itálico meu.) Ele queria que os guardiões da pureza dos manuais fossem «acadêmicos eminentes que acreditassem no sistema americano»<sup>36</sup>. Powell estava a sancionar precisamente o tipo de intervenção que confrontou a administração do MIT nos anos 1940 e queria que fosse replicada por todos os Estados Unidos.

Em muitos aspetos, a visão de Powell concretizou-se. Da Instituição Hoover em Stanford ao Centro Mercatus na George Mason, a Fundação Heritage, o American Enterprise Institute e o Center for the Study of American Business, grupos de reflexão corporativos e apoiados por plutocratas travam agora a polémica campanha advogada por Powell. Powell teria concordado com Samuelson a respeito da importância dos manuais económicos. Ao contrário de Samuelson, ajudou a estimular os interesses de classe dos ricos norte-americanos, num esforço coordenado para definir o bom senso cultural.

O livro de Samuelson foi atacado como subversivo e esquerdista no auge da Ameaça Vermelha e do McCartismo. Contudo, após as sublevações dos anos 1960, alguns viram o livro como um andaime para dogmas conservadores: «Se quisermos reestruturar a sociedade com vista a realizar outros valores que não a maximização da produção de bens materiais e serviços, o livro de Samuelson não serve para nada»<sup>37</sup>, escreveu um professor no começo da década de 1970. No intervalo de apenas vinte anos, os críticos do livro saltaram para o extremo oposto do espectro. Mudanças nas condições políticas haviam provocado uma reavaliação.

Disfarçar as pretensões políticas relativas à economia de verdade científica cria ciclos perversos que se reforçam a si mesmos. As reivindicações de supremacia para os mercados motivaram

o desinvestimento nos serviços do setor público, deteriorando a sua capacidade e reforçando as pretensões de supremacia do mercado. A mesma dinâmica também se verifica num domínio bastante mais íntimo. Tal como observou a filósofa e romancista Iris Murdoch: «O homem é uma criatura que faz retratos de si mesmo e acaba depois por se assemelhar ao retrato.»<sup>38</sup> Entregar o pincel aos economistas teve como resultado um retrato grotesco. Uma nova investigação está a criar uma imagem mais complexa, empírica e interessante, mas é, em muitos aspetos, uma redescoberta daquilo que os humanistas já sabiam.

### A ECONOMIA COMO SE OS ÚLTIMOS TRINTA ANOS TIVESSEM ACONTECIDO

Quando tinha 11 anos, em 1951, Sam Bowles mudou-se com a família para a Índia durante dois anos, enquanto o pai, Chester Bowles, desempenhava lá o cargo de embaixador norte-americano sob a presidência de Truman. A mãe de Bowles recusou, por princípio, enviar os filhos para uma escola exclusiva com outros expatriados. Em vez disso, ele frequentou uma escola mal financiada com aulas realizadas em tendas excedentárias do exército. Ele e as suas duas irmãs eram os únicos alunos não indianos.

A pobreza que Bowles testemunhou na Índia escandalizou-o. A má nutrição extrema e a morte eram componentes comuns da vida, muitas vezes visíveis nas ruas. Na escola, ele e os seus amigos indianos competiam e comparavam-se entre si. Depressa descobriu que as suas capacidades nos estudos e no exercício físico eram perfeitamente medianas. Um dia, fez uma pergunta simples à mãe: se não sou melhor do que os outros miúdos daqui, por que é tão pobre a maioria das pessoas da Índia?

De tenra idade, assimilara já uma premissa meritocrática dúbia — os melhores merecem mais, independentemente do que os

outros sofram —, tal como a sua incapacidade de explicar o mundo. Afinal, ele *não* era evidentemente o melhor e, todavia, desfrutava de uma vasta riqueza e do conforto em comparação com os colegas. Recordar-se de a mãe lhe ter respondido com algumas generalidades acerca do colonialismo, mas não ficou satisfeito com a explicação.

Com 20 e muitos anos, após ter obtido um bacharelato em Yale e um doutoramento em economia em Harvard, Bowles recebera uma das formações económicas mais elitistas do mundo. Que fosse uma boa formação, era menos claro. Teve a primeira noção das respetivas deficiências quando recebeu uma carta de Martin Luther King Jr. em 1968. King conheceu Bowles num evento anterior organizado por Bowles em protesto contra a guerra do Vietname. No início de 1968, King andava a fazer investigação para a Campanha dos Pobres, que anunciara em 1967, com o objetivo de encontrar um «campo de ação intermédio entre os motins por um lado e as súplicas tímidas de justiça por outro». King planeava marchar com um grupo de pobres para Washington, DC, onde se encontrariam com responsáveis do governo. As suas exigências incluíam empregos, subsídio de desemprego, um salário mínimo justo e educação para adultos e crianças pobres<sup>39</sup>. King não viveu o suficiente para assistir à campanha. Foi assassinado em Memphis, no Tennessee, em abril de 1968.

Quando Bowles recebeu a carta, ficou entusiasmado. Fora por aquilo que quisera estudar economia: para compreender e melhorar o mundo, e ajudar outros a fazerem o mesmo. Depois, abriu a carta. As perguntas eram excelentes. King questionava-o a respeito da economia das cidades, da razão pela qual os empregos estavam a desaparecer dos centros das cidades e do papel da educação na promoção de maior igualdade. Bowles disse-me que, enquanto lia a carta, tinha consciência de que «não fazia ideia de como lhes responder. E pode imaginar como fiquei irritado e embaraçado. Que raio era que estava mal? Afinal, as perguntas eram questões

de economia». Porém, não eram questões que a sua formação o tivesse preparado para responder.

Passou os dez dias subsequentes, ou à volta disso, num alvoroço de investigação frenética, a colaborar com colegas de vários departamentos de Harvard. Declarou mais tarde que tinha aprendido mais nesses dias do que em toda a sua anterior formação como economista. Decidiu que tinha de mudar o domínio da economia ou então abandoná-la. Tal como a pergunta que fizera à mãe não tinha resposta no âmbito da sua mundividência da altura, também as perguntas de King exigiam uma expansão na sua maneira de compreender a economia.

Embora Bowles viesse a publicar estudos acerca de tudo, nas décadas seguintes, da desigualdade no Neolítico às divisões de classe no sistema educativo norte-americano, os seus esforços de alterar diretamente a maneira como os estudantes por todo o mundo aprendem economia principiaram apenas nos anos após a derrocada de 2008, quando teve uma conversa com Wendy Carlin, professora de economia no University College London. Agora, com 60 e pouco anos, Carlin conhece Bowles desde a década de 1980. Os dois começaram a conversar seriamente acerca de uma colaboração num evento em 2011, na Universidade de Massachusetts, Amherst. Perceberam que partilhavam uma perspetiva comum a respeito dos limites da chamada imagem *Homo economicus* dos indivíduos como racionais e egoístas. Também tinham ideias análogas acerca da importância das instituições, as imperfeições frequentes dos mercados e o valor da teoria dos jogos para encontrar modelos de interações estratégicas na economia. Em 2013, sentaram-se à mesa da cozinha de Carlin e começaram a delinear planos para um novo manual.

Wendy Carlin tinha uma perceção profunda da acusação contra a sua profissão nos anos após a derrocada de 2008. «Senti muito a pressão dos meus alunos que diziam: “Por que razão não estamos a aprender nada neste curso que nos ajude a perceber o que está a

acontecer à nossa volta?» Os seus alunos voltavam a casa para as férias e confrontavam-se com perguntas dos familiares a respeito da crise que nada na sua formação os preparara para responder. Cética desde há muito quanto a importantes premissas da ortodoxia da economia convencional — tal como a ideia de que todo o desemprego é voluntário —, Carlin passou a refletir mais sistematicamente acerca do que deveria ser ensinado aos estudantes e de como seria ensinado.

Carlin e Bowles queriam que o seu novo manual fosse gratuito, fundamentado numa diversidade de provas multidisciplinares e capaz de esclarecer um mundo dominado pelas alterações climáticas, crises financeiras e uma enorme desigualdade. Nas palavras de Bowles, que se tornaram uma divisa informal para o projeto, queriam «ensinar economia como se os últimos trinta anos tivessem acontecido».

O novo currículo enfatizaria não apenas as questões do mundo real, tais como a crise climática e a desigualdade de riqueza, mas também a investigação académica que desafiasse os pressupostos entrincheirados, mas errados, acerca da psicologia humana e da eficiência do mercado. Chamaram ao projeto CORE: Curriculum Open-Access Resources in Economics (Recursos Curriculares de Economia com Acesso Livre). O acrónimo era um indicador da sua ambição de reconfigurar o próprio âmago do currículo. O modo como este novo currículo académico se desenrolava no mundo real podia ser visto a mais de 11 mil quilómetros de Londres: estava já em curso uma batalha contra os interesses plutocráticos possibilitados pelas panaceias da economia.

### *Luta em Santiago*

Em 2011, uma estudante da Universidade do Chile chamada Camila Cea aderiu aos protestos populares estudantis que decorriam em Santiago. Era uma das dezenas de milhares de chilenos que participavam nas maiores manifestações desde o fim da ditadura de Pinochet, apoiada pelos Estados Unidos<sup>40</sup>, em 1990.

# Uma desmistificação provocadora da sabedoria convencional, que propõe um caminho para uma economia justa e sustentável no século XXI

Aumento da desigualdade, destruição ambiental e milhões de trabalhadores que, em todo o mundo, lidam com condições laborais e remuneratórias abaixo do desejável. Perante estas atuais tendências, alguns economistas e líderes continuam a pregar dogmas contestados por muitos, como: os mercados privados são sempre mais eficientes do que os públicos; a enorme desigualdade é o inevitável efeito secundário do crescimento económico; e as pessoas são egoístas e só se comportarão bem com os incentivos certos.

Porém, um número cada vez mais crescente de indivíduos está a rejeitar estes mitos e a remodelar as economias em todo o mundo. Nick Romeo, jornalista económico, leva-nos numa viagem extraordinária através de histórias e sucessos inesquecíveis de pessoas que trabalham para construir economias mais igualitárias, justas e habitáveis. E onde não falta um exemplo português.

*A Alternativa* revela a estrutura essencial de um sistema que poderia realmente funcionar para todos. Segundo o autor, Margaret Thatcher, antiga primeira-ministra britânica, estava errada quando popularizou o *slogan* «There is no alternative». Existe, sim, uma alternativa. Este livro é a prova disso.

«Um livro importante para um debate urgente.»

*Kirkus Reviews*



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)  
penguinlivros

ISBN 9789895830107



9 789895 830107 >